

Quatro Argumentos a Favor da Credibilidade do Princípio “Um País, Dois Sistemas”

RONG Kaiming*

Existe um problema de credibilidade do comunismo com características chinesas bem como das suas bases teórico-científicas e do caminho traçado até ao momento. Um elemento importante do comunismo com características chinesas é o princípio “Um País, Dois Sistemas”. Quando perguntamos se também existe um problema de fiabilidade desse princípio, temos de responder afirmativamente. Necessitamos, no entanto, de perceber se esse problema de fiabilidade tem uma base teórico-coentífica e se essa base é suficientemente forte ou relevante e se respeita os objectivos e orientações do desenvolvimento nacional.

I. Fiabilidade do princípio “Um País, Dois Sistemas”

Quando se fala sobre o princípio “Um País, Dois Sistemas” e primeira questão que se coloca é saber exactamente o que é este princípio. Apenas quando se compreende cabalmente as premissas que fundamentam este sistema de governação poderemos certificarmos-nos da sua fiabilidade e argumentar a seu favor.

O princípio “Um País, Dois Sistemas” abrange quatro premissas fundamentais. Em primeiro lugar, o conceito de nação unificada. A noção de “um país” está na base deste princípio e funciona por um lado como pré-requisito político essencial e por outro como garantia da reunificação pacífica da mátria chinesa. A China é uma única nação à qual pertencem os territórios de Hong Kong, Macau e Taiwan. Apenas a República Popular da China tem o direito de se fazer representar no palco internacional e qualquer tentativa de descrever o país como “duas Chinas”, “a China e Taiwan”, “uma nação com dois governos”, ou falar da “independência de Taiwan” é intolerável porque se afasta dos interesses supremos deste conceito de nação unificada ou “um país”. Em segundo lugar, a possibilidade de dois sistemas diferentes de governação coexistirem. O sistema de governação implementado depois da reunificação da nação chinesa permite a coexistência de diferentes formas de governação por forma a garantir que o processo de reunificação seja pacífico. De acordo com o princípio “Um País, Dois Sistemas”, a maior parte do território chinês é governado segundo a teoria política comunista enquanto as ilhas de Taiwan, Hong Kong e a península de Macau mantêm sistemas de governação capitalista. Apesar das diferenças de estatuto, há muito que os dois sistemas de governação coexistem pacificamente permitindo assim que uma parte da nação chinesa seja governada pelo comunismo, mas existem dentro dela áreas onde impera

* Investigador catedrático da Academia de Ciências Sociais da Província de Hubei, RP da China

o capitalismo impera. Em terceiro lugar, o elevado grau de autonomia que assegura a manutenção do sistema de governação capitalista nestes territórios. As regiões administrativas especiais de Hong Kong, Macau e Taiwan foram criadas de acordo com as leis em vigor depois da reunificação. Exceptuando nas áreas dos Negócios Estrangeiros e Defesa Nacional, estas regiões têm usufruído de um elevado grau de independência financeira e autonomia executiva, legislativa e judicial, incluindo dos tribunais de última instância e não houve nenhuma mudança nas leis que as governam. Taiwan continua a ter um exército de defesa próprio e em todas estas regiões, a propriedade privada está protegida por lei e são as administrações destes territórios que determinam os seus regulamentos financeiros, monetários, fiscais e outras políticas de desenvolvimento. Todos estes territórios possuem uma bandeira e emblema próprios e entre as línguas oficiais podem encontrar-se outras línguas que não o Mandarim (Putonghua). Depois da reunificação dos dois lados do estreito de Taiwan, a ilha irá manter o seu sistema militar, administrativo e partidário e poderá inclusivamente nomear mandatários que representem a região nos órgãos governativos do Governo Central. Em quarto lugar, a longevidade do sistema. A prosperidade e estabilidade social das regiões de Hong Kong, Macau e Taiwan dependem da manutenção a longo-prazo dos seus sistemas de governação e essa foi uma das garantias que obtiveram depois da reunificação, de acordo com o plano de reconstrução nacional. Assim, o princípio “Um País, Dois Sistemas” não é um expediente, nem um plano estratégico a médio-prazo mas antes um fundamento básico da visão a longo-prazo da nação chinesa.

Durante a terceira sessão do VII Congresso Nacional do Povo, que decorreu no dia 4 de Abril de 1990, e a primeira sessão do VIII Congresso Nacional do Povo, que teve lugar no dia 31 de Março de 1993, foram adoptadas de acordo com o princípio “Um País, Dois Sistemas”, respectivamente, a *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China* e a *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China*. O disposto nestas duas Leis Básicas, determinou a transferência dos poderes administrativos para a mátria chinesa de Hong Kong no dia 1 de Julho de 1997 e de Macau no dia 20 de Dezembro de 1999. O regresso destes territórios à mátria chinesa teve um impacto muito positivo nos esforços de reunificação pacífica com Taiwan.

Desde a integração de Hong Kong e Macau que não param de aumentar as provas que o princípio “Um País, Dois Sistemas” funciona. O Relatório do 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC) descreveu pormenorizadamente os fundamentos teóricos do princípio “Um País, Dois Sistemas” ilustrando a sua operacionalidade com exemplos práticos. Neste documento sublinhou-se que a prioridade dos princípios e políticas adoptadas pelo Governo Central em relação a Hong Kong e Macau é manter a soberania, segurança e desenvolvimento da China e manter, por muitos anos, a prosperidade e estabilidade das duas regiões. Para o fazermos, precisamos de implementar completa e cabalmente o princípio “Um País, Dois Sistemas” para que Hong Kong e Macau sejam governados pelos seus próprios cidadãos e que ambas as regiões usufruam de elevado grau de autonomia. Devemos aderir ao princípio de uma nação chinesa unida e respeitar as diferenças dos dois sistemas governativos. O desenvolvimento económico destes territórios equaciona-se através do respeito pela sua autonomia demonstrado pelo Governo Central e da disponibilidade de cada região para acatar os desígnios do Governo Central. Nenhum destes papéis poderá ser negligenciado. Este Relatório descreve a implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” como prioritária, ao mesmo tempo que promove o estabelecimento de “relações trilaterais” e recomenda a adopção de “seis requisitos básicos” que orientem as administrações

destes territórios. O Relatório afirma ainda que o Governo Central respeitará o disposto na Lei Básica das Regiões Administrativas Especiais, certificar-se-á que os mecanismos necessários à sua implementação estão a funcionar, e prestará todo o apoio necessário aos Chefes dos Executivos e Administrações dos dois territórios de acordo com a Lei. O Governo Central ajudará os líderes destas regiões a desenvolver a economia local, melhorar o bem-estar, a inclusão, segurança e harmonia social e a introduzir, ordenada e gradualmente, um sistema de governação democrático. O Governo Central irá reforçar os seus laços económicos com as duas regiões e promover o intercâmbio e cooperação em todas as áreas. O Governo Central irá igualmente colaborar com os governantes destas regiões para promover a coesão identitária dos seus residentes e o amor, não apenas pela região onde residem mas também pela pátria chinesa onde estas regiões se integram. O Governo Central compromete-se ainda a impedir a ingerência externa nos assuntos de Hong Kong e Macau.¹ Os pontos que acabámos de descrever resumem o que aconteceu durante o período de mais de uma década que se seguiu à transferência da soberania de Hong Kong e Macau para a China e revelam as orientações estratégicas para o futuro, provando que o princípio “Um País, Dois Sistemas” funciona perfeitamente dentro do território chinês como forma de unificação pacífica de diferentes regiões. Podem-se até extrapolar lições no âmbito internacional pois tendo em conta as provas dadas, é óbvio que este princípio irá ter um impacto importante no futuro destes quatro territórios mas também na Ásia-Pacífico e no resto do mundo. É um princípio científico e fiável e, consequentemente, uma inovação política teórico-prática de relevância internacional.

II. Fundamentos da credibilidade do princípio “Um País, Dois Sistemas”

A forte credibilidade do princípio “Um País, Dois Sistemas” não decorre apenas da determinação e perseverança na nova China para reunificar o seu território mas dos resultados obtidos durante o período de mais de dez anos de implementação prática deste princípio depois da transferência de soberania de Hong Kong e Macau para a China que aconteceu depois da reforma e abertura chinesas. Essa credibilidade surge do respeito pelo desenvolvimento do comunismo e das leis que regem a sociedade, incluindo os regulamentos do PCC, as escolhas pessoais e históricas da população chinesa, as suas conquistas práticas, e a análise e compreensão dos desafios, oportunidades e tendências do desenvolvimento socioeconómico da nação chinesa. Esta credibilidade pode ser estudada de vários ângulos, com especial incidência para os seguintes aspectos:

Primeiro, sob a perspectiva histórica dos 5000 anos da nação chinesa, a tendência é para privilegiar a coesão territorial e opor-se à separação. Apesar da nação chinesa se ter desintegrado por diversas vezes ao longo da sua história, sempre prevaleceram os princípios da reunificação e coesão interna. Deste o período dos Reinos Combatentes até ao início da Dinastia Qing, a nação chinesa atravessou três momentos de fragmentação até voltar a unificar-se. As divisões que ocorreram durante os períodos das Primaveras e Outonos e dos Reinos Combatentes foram saradas com a unificação que decorreu durante as Dinastias Qin e Han. A segunda reunificação aconteceu durante as Dinastias Sui e Tang após a separação territorial que teve lugar durante o período dos Três Reinos e das Dinastias Jin, do Norte e do Sul. A desagregação territorial que ocorreu durante o período das Cinco Dinastias e Dez Reinados e das Dinastias de Song, Liao e Jin foi corrigida com a unificação promovida pelas Dinastias de Yuan, Ming e Qing (anterior). A análise destes três

momentos históricos de coesão nacional sugerem a prevalência do desejo de unidade territorial já que os períodos de coesão nacional se tornam progressivamente mais extensos e mais abrangentes e o ideal de uma nação coesa ganha raízes cada vez mais profundas no imaginário colectivo do povo chinês. Assim, o conceito de reunificação pacífica da nação chinesa inerente ao princípio “Um País, Dois Sistemas” surge na continuidade de milhares de anos de construção de um ideal de nação coesa e unificada. É a materialização de uma tendência histórica, a concretização gloriosa de um ideal que herdámos e ao qual desejamos dar continuidade.

Segundo, sob a perspectiva da história contemporânea chinesa, a reunificação pacífica com a matéria chinesa de acordo com o princípio “Um País, Dois Sistemas” é uma vontade da população e uma opção histórica e social inevitável. A China é uma civilização com 5000 anos de história que atravessou vários períodos gloriosos e contribuiu significativamente para o desenvolvimento de toda a humanidade. Depois da Guerra do Ópio em 1840, sob o jugo do imperialismo e feudalismo, a China transformou-se gradualmente num país semi-feudal, semi-colonial e foi obrigada a fazer sacrifícios impropriedades na história mundial. Muitos tentaram, sem sucesso, salvar o país e reavivar a nação. O PCC, fundado em 1921, adaptou os princípios essenciais do Marxismo à realidade chinesa e aos tempos modernos e com base em experiências práticas traçou a rota da revolução Chinesa, reforma e reconstrução do país. Para estabelecer uma Nova China, independente e livre, e completar o processo revolucionário democrático foi necessário modernizar e popularizar o Marxismo imbuindo-o de características chinesas. A revolução comunista que permitiu a construção de uma Nova China estabeleceu as bases do sistema comunista e deu os primeiros passos no árduo caminho comunista de reconstrução nacional. O XI Congresso Nacional do PCC deu início ao corajoso processo político mas também teórico-científico e prático de reforma e abertura. Estava criada a base do comunismo com características chinesas que abria as portas para uma nova era de desenvolvimento social e progresso económico e promovia o glorioso rejuvenescimento da nação chinesa. Apesar de ter cometido vários erros e enveredado por alguns caminhos tortuosos durante o processo revolucionário e de reconstrução nacional devido à falta de experiência e outros factores circunstanciais, o PCC manteve a sua solidez e com o apoio dos seus membros conseguiu sempre corrigir os seus erros, ultrapassar as dificuldades e, tendo aprendido a lição, avançar no caminho certo. Tais acções provam que o PCC é um partido verdadeiramente Marxista cujo principal objectivo é servir o povo de alma e coração, capaz de corrigir os seus próprios erros e adaptar-se aos tempos modernos. A salvação da China depende assim da sua adesão ao comunismo sob a liderança do PCC, pois só o comunismo com características chinesas poderá ajudar o país a renascer e alcançar o “Sonho Chinês”.

Terceiro, sob o ponto de vista dos territórios de Hong Kong e Macau, desde a transferência de soberania que a matéria chinesa e estes territórios desenvolveram uma relação simbiótica para promover o seu desenvolvimento comum. O sucesso do princípio “Um País, Dois Sistemas”, que abrange as áreas da política, da economia, da cultura, da sociedade e do comércio internacional, entre outras, obriga ao reconhecimento internacional da sua credibilidade.²

– Na área da política, Hong Kong e Macau elegeram os respectivos Chefes do Executivo e órgãos administrativos de acordo com o estabelecido nas suas Leis Básicas. Nos últimos anos, os residentes de Hong Kong e Macau partilham com os seus conterrâneos que vivem no resto da República Popular da China a independência, liberdade, e dignidade resultantes da consolidação do desenvolvimento comunista democrático e da prosperidade cultural e conquistaram o respeito e apoio do resto do mundo.

– Na área da economia, ambos os territórios continuam a usufruir de um crescimento económico estável. Apesar de terem sofrido o impacto da crise financeira da Ásia Oriental logo após a transferência de soberania e mais recentemente da crise financeira internacional, e enfrentado a epidemia SARS, conseguiram manter o seu nível de desenvolvimento económico graças aos seus esforços e ao apoio do resto do país. Desde a sua transferência que o Produto Interno Bruto (PIB) de Hong Kong tem vindo a crescer: o PIB do território que em 1997 se situava nos \$176.300 milhões de dólares americanos ultrapassou a barreira dos \$200.000 milhões de dólares na década seguinte tendo alcançado os \$207.100 milhões de dólares em 2007 e os \$242.400 milhões de dólares em 2011. O crescimento económico de Macau é ainda mais surpreendente. Em 2012 o seu PIB per capita situava-se nos \$76.588 de dólares que é mais do dobro de Hong Kong.

– Na área da cultura, têm vindo a aumentar os intercâmbios e o desenvolvimento cultural dos territórios está a florescer. A transferência de soberania conduziu ao aumento do número de turistas oriundos do interior da China que visitam os territórios de Macau e Hong Kong, o que provocou a expansão do sector. Os residentes de Macau e Hong Kong também têm a oportunidade de viajar até ao interior chinês para investir no comércio e indústria aumentando dessa forma os intercâmbios e a cooperação entre si.

– Os residentes destas sociedades vivem em paz. As relações estreitas entre os territórios de Hong Kong e Macau e o resto da China contribuíram para aumentar a estabilidade e o bem-estar social de todos os residentes.

– Desde a transferência de soberania que Hong Kong e Macau se têm esforçado para desenvolver os seus sectores financeiro, turismo, entretenimento, comércio e novas tecnologias beneficiando das oportunidades que a sua diversidade cultural, globalização económica e posicionamento internacional lhes proporcionam. Consolidaram a sua presença no palco internacional do comércio, finanças, entretenimento, indústria do jogo, turismo, e novas tecnologias da informação e reforçaram os intercâmbios amistosos entre vários países e regiões do mundo. Todos estes sectores estão em franco crescimento e são cada vez mais lucrativos.

A melhor maneira de corroborar uma teoria é a sua implementação prática. Para chegar à verdade é necessário colocar a teoria em prática. As notáveis conquistas alcançadas no curto espaço de uma década após a transferência da soberania nos territórios de Hong Kong e Macau não teriam sido possíveis se a vontade dos seus residentes não tivesse sido ouvida e respeitada. O princípio teórico-científico e as políticas associadas ao conceito “Um País, Dois Sistemas” aliados ao objectivo de reunificação pacífica da nação chinesa foram eficazmente implementados como provam os factos que acabamos de descrever.

Quarto, a implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” resulta de uma análise cuidada e exaustiva da evolução histórica e das tendências políticas mais actuais. O PCC compreendeu cabal e cientificamente o momento histórico em que se encontrava na década de 80 do século passado e não apenas agarrou a oportunidade para dar início à política de reforma e abertura do país como também respondeu aos desafios provocados pelas condições adversas que resultaram das mudanças dramáticas que ocorreram na União Soviética e na Europa de Leste e, remando contra a maré de declínio internacional do comunismo, alcançou vitórias importantes. No virar do milénio, o XVI Congresso Nacional do PCC analisou cuidadosamente as tendências do desenvolvimento económico nacional e internacional e verificou que poderia tirar partido das oportunidades e estratégias previstas para as primeiras duas décadas do século XXI. Essa avaliação correcta permitiu à China responder às necessidades da actualidade e implementar uma série de

medidas que lhe permitiriam desenvolver-se de forma estável e rápida durante dez anos seguidos. Consciente da turbulência nacional e internacional do momento, o Relatório do XVIII Congresso Nacional do PCC declara que a análise dos ambientes nacionais e internacional revela que a China se encontra num importante período estratégico do seu desenvolvimento, um período no qual muitas conquistas podem ser alcançadas. Necessitamos de compreender as circunstâncias que caracterizam este período, agarrar todas as oportunidades, responder ponderadamente aos desafios, tirar partido de todas as iniciativas e vantagens possíveis para alcançar os nossos objectivos de construção de uma sociedade moderadamente próspera até ao ano 2020.³ O futuro desenvolvimento da China inclui, assim, de acordo com a avaliação teórica realizada, um conjunto de oportunidades estratégicas.

Quinto, acreditamos firmemente no actual caminho que a China está a trilhar e temos total confiança no princípio “Um País, Dois Sistemas” pelas seguintes razões. ① Acreditamos na experiência prática. Internamente, a economia chinesa passou do décimo para o segundo lugar na lista das maiores economias globais em apenas alguns anos. As políticas democráticas comunistas entraram numa nova era. As indústrias culturais e as expressões culturais desenvolveram-se consideravelmente. A capacidade de resposta aos desafios e catástrofes naturais é consideravelmente maior do que alguma vez foi. Se considerarmos o nível de vida da população, estamos a viver um “milagre” não apenas chinês mas asiático. Demos passos históricos para sair da pobreza, contornar a mera subsistência e alcançar o bem-estar de um grande número de cidadãos e todos tiraram o máximo partido do processo de reforma e desenvolvimento socioeconómico. Acabamos com a cobrança de taxas imperiais. Estamos a construir o sistema de segurança social, serviços médicos e educação mais abrangente do mundo, com especial ênfase na prestação de serviços e cuidados médicos, alojamento, educação e sistema de pensões para os mais idosos. Internacionalmente, a China regressou ao palco internacional depois de ter sido relegada e insultada pelas principais potências estrangeiras. O estatuto de país emergente da nação chinesa tem vindo a ser reconhecido internacionalmente e todos os países do mundo estão agora interessados em reforçar as suas relações com a China. A “Voz Chinesa” ouve-se cada vez mais enfaticamente. Em termos civilizacionais, a China está a deixar de ser um país maioritariamente agrícola e a transformar-se num país industrializado cuja meta é a modernização. A China marcha a passos largos para aumentar o seu nível de desenvolvimento civilizacional nas áreas espiritual, política, social e ecológica. ② Acreditamos na experiência teórica. O sucesso alcançado pelo comunismo com características chinesas foi conquistado com base em noções teórico-científicas que, como já explicámos, adaptaram os conceitos do Marxismo à modernidade e às circunstâncias nacionais chinesas. As bases teóricas do comunismo com características chinesas permitiram dar resposta a uma série de questões pertinentes tais como que tipo de comunismo deveríamos aspirar e como proceder para o construir, como definir e organizar as estruturas do partido, quais deverão ser os objectivos do nosso desenvolvimento e o que fazer para os atingir, etc. O caminho traçado foi definido pela experiência governativa e sabedoria de gerações de comunistas chineses organizados de acordo com determinadas regras e objectivos e tendo em conta factores teóricos, nacionais, populacionais, temporais, entre outros. ③ Acreditamos na experiência política. O rejuvenescimento da nação chinesa, a prosperidade da sua população, o desenvolvimento humano, a promoção de uma sociedade harmoniosa e justa são objectivos políticos fundamentais da China que apesar de não serem fáceis de alcançar, são aspirações dignas que apelam, orientam e influenciam uma larga maioria da população chinesa partilhadas não apenas pelos membros do PCC mas pessoas de todas

as etnias residentes no interior da China bem como as populações de Hong Kong, Macau, Taiwan e outros nacionais chineses residentes no estrangeiro.

III. Perspectivas da credibilidade do princípio “Um País, Dois Sistemas”

Tendo em conta a sua inquestionável credibilidade, quais são as perspectivas futuras do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

O futuro desenvolvimento da China assenta em três pilares credíveis articulados entre si: o princípio “Um País, Dois Sistemas” e os objectivos a médio e longo-prazo de desenvolvimento nacional formulados pelo PCC. Ou melhor dizendo: o princípio “Um País, Dois Sistemas” é indissociável dos planos a médio e longo-prazo do PCC. A análise teórica das circunstâncias nacionais desde o momento de criação na Nova China até à declaração da reforma e abertura apresentada durante a terceira sessão do XI Congresso Nacional do PCC, demonstra que o comunismo na China ainda se encontra numa fase inicial de implementação. Foi com base nesta análise que se traçou o caminho do comunismo com características chinesas a seguir nas áreas da economia, política e cultura, mas também sociedade e meio-ambiente. Esta análise representa a pedra basilar para construir o comunismo com características chinesas, quer permitirá modernizar e rejuvenescer a nação chinesa. A reflexão sobre a implementação do comunismo numa nação como a China fundamenta-se nesta análise que procura adaptar os princípios universais da teoria Marxista às circunstâncias chinesas e permite articular as metas a longo-prazo do PCC com os seus planos de acção a médio-prazo. Esta análise apresenta as directrizes para a primeira fase de implementação do comunismo com características chinesas, definindo e fiabilizando os principais objectivos do desenvolvimento nacional.

Tal como já foi referido, um pré-requisito para a implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” é a adesão da população à ideologia política comunista de características chinesas sob a liderança do PCC e o contributo prestado por todos para o viabilizar na prática. Será que concretizaremos os dois objectivos do milénio, e muito particularmente a construção de uma sociedade moderadamente próspera até ao ano 2020? Temos que reconhecer que as metas delineada nos XVI, XVII e XVIII Congresso Nacionais do PCC de, respectivamente, construir uma sociedade moderadamente próspera nas primeiras duas décadas do século XXI, de aumentar bem-estar social entre a população chinesa, e de alargar esse bem-estar ao maior número possível de pessoas respeitando a vontade da população e das empresas são ambiciosas e de concretização difícil, mas não impossíveis. O objectivo de duplicar o PIB per capita de 2010, por exemplo, pode ser alcançado se o crescimento médio anual do país se mantiver nos 7% e os rendimentos da população chinesa rondar os 6,8% entre 2012 e 2020. A média anual da primeira década contabilizada situou-se acima dos requisitos supra citados. Entre 2002 e 2011, a média de crescimento anual do PIB chinês situou-se nos 10,7% e os rendimentos da população oscilaram entre os 9,5% e os 7,4%. Temos, assim, margem de manobra suficiente para atingir os objectivos estabelecidos. O Relatório do XVIII Congresso Nacional afirma que se nos mantivermos fiéis às nossas ideias, firmes nas nossas convicções e nunca vacilarmos, refrearmos os nossos esforços ou agirmos impensadamente, conseguiremos avançar com tenacidade suficiente para construir uma sociedade moderadamente próspera, mas também sólida, democrática, civilizada e harmoniosa, precisamente no momento em que o PCC festejar o centenário da sua fundação.⁴ Acreditamos que depois da concretização dos

dois objectivos do milénio, entraremos nas fases intermédia e avançada de implementação do comunismo chinês conducentes à consolidação do sistema. Os esforços concertados de várias gerações de chineses conduzirão à realização desse glorioso ideal. Nessa altura, o desenvolvimento de Hong Kong, Macau, Taiwan e do resto da China será verdadeiramente admirável e esplêndido.

IV. Implicações da credibilidade do princípio “Um País, Dois Sistemas”

Para muitas pessoas a credibilidade é a chave do sucesso. Conhecer a verdade de forma isenta e consciente aumenta a confiança. Perceber as noções teóricas que corroboram determinado princípio contribui para aumentar a sua credibilidade.

A fiabilidade do princípio “Um País, Dois Sistemas” apresenta implicações importantes. Em primeiro lugar, porque aumenta o interesse em saber mais e estudar as leis, regulamentos, políticas e fundamentos teóricos e ideológicos do princípio “Um País, Dois Sistemas”. Todos os interessados poderão conhecer melhor o princípio, como implementá-lo e como incorporá-lo no seu dia-a-dia. Em segundo lugar, sempre que surgirem dificuldades ou obstáculos à implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas”, os interessados poderão, de forma realista e pragmática, buscar a verdade do facto e aprofundar os seus conhecimentos e experiência para os resolver e ultrapassar, abraçando o princípio e avançado no caminho traçado pelo comunismo com características chinesas. Em terceiro lugar, todos os que acreditarem convictamente no princípio “Um País, Dois Sistemas” defenderão o patriotismo e o comunismo contribuindo desse modo para a consolidação desta política estratégica, das suas metas e das relações trilaterais bem como dos seis requisitos gerais definidos para Hong Kong e Macau no Relatório do XVIII Congresso Nacional do PCC e tornar-se-ão defensores do princípio. Em quarto lugar, quem acredita neste princípio está consciente das consequências desastrosas do descrédito de um determinado princípio e deverá a tudo o custo evitá-lo. Segundo o Relatório do XVIII Congresso Nacional do PCC a história ensina-nos que a lei do mais forte não contribui para o desenvolvimento da humanidade e o abuso do poder não contribui para tornar o mundo melhor. A China opõe-se ao hegemonismo e a todas as formas de supremacia política e não interfere nos assuntos internos das nações e não está interessada em alargar o seu território ou exercer qualquer tipo de supremacia sobre outras nações. A população chinesa pretende apenas desenvolver-se pacificamente. Estamos dispostos a colaborar com outras nações para promover as nobres causas da paz e desenvolvimento da humanidade.⁵ Estas palavras demonstram a determinação chinesa em defender a paz, o desenvolvimento, a cooperação e valorização dos benefícios mútuos, em salvaguardar a harmonia mundial, em promover o desenvolvimento comum, e em continuar o seu desenvolvimento pacífico e a sua política externa pacífica.

Notas:

- ¹ *Colectânea de Documentos do 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China.* (2012). Pequim: Editora Popular. 40-41.
- ² Idem. 40.
- ³ Idem. 15-16.
- ⁴ Idem. 15.
- ⁵ Idem. 43-45.